

PAX CHRISTI PORTUGAL



**Artífices e testemunhas da paz
entre tod@s**

Lisboa
Dezembro de 2012

PAX CHRISTI PORTUGAL

Artífices e testemunhas da paz entre tod@s

CONTRIBUTOS PARA A CELEBRAÇÃO DO

46º DIA MUNDIAL DA PAZ

1 DE JANEIRO 2013

Lisboa
Dezembro de 2012

Artífices e testemunhas da paz entre tod@s. Contributos para a Celebração do 46º Dia Mundial da Paz. 1 de Janeiro 2013

Produzido por: Pax Christi Portugal

Dezembro de 2012

Disponível on-line em: <http://www.paxchristiportugal.net>

SUMÁRIO

EM JEITO DE INTRODUÇÃO

A Paz, como a guerra, depende de ti! (D. António Ferreira Gomes).....	7
---	---

MENSAGEM PARA A CELEBRAÇÃO DO 46º DIA MUNDIAL DA PAZ

Bem-aventurados os obreiros da paz (Bento XVI).....	9
---	---

TEXTOS PARA REFLEXÃO

Quando desobedecer é preciso (Aristides de Sousa Mendes).....	17
Do sonho à realidade (Nelson Mandela)	19
Deixem soar o Sino da Liberdade (Martin Luther King, Jr.).....	21
Livre para Pensar e para Falar (Aung San Suu Kyi).....	23
Enfrentar o deserto é inevitável (Dom Hélder Câmara)	25

SUGESTÕES PARA A CELEBRAÇÃO DO DIA MUNDIAL DA PAZ 2013

Coletânea de Orações.....	27
Sugestões para assinalar o Dia Mundial da Paz e usar o tema	29
Ideias para trabalhar com crianças.....	32
Para aprofundar.....	33

TEMAS DAS MENSAGENS PARA O DIA MUNDIAL DA PAZ (1968-2013)

	35
--	----

EM JEITO DE INTRODUÇÃO...

*A Paz, como a guerra, depende de ti!**

Vivemos habitualmente num *alibi* tão fácil como falso, numa alienação tranquilizante de consciência: a Paz depende de todos os outros, dos exércitos ou dos governos, das Nações Unidas ou das nações nacionalistas desunidas, dos papas ou dos bispos, dos políticos ou dos economistas, dos *mass media* ou dos educadores, de todos enfim, menos da minha honesta e pacífica pessoa, sentada ao canto da minha lareira ou a cultivar o meu jardim...

Pois bem: a Paz – e também consequentemente a guerra – depende de ti. De ti, multiplicado evidentemente por milhões. Mas, cuidado, não vás já alienar-te nos milhões, alienar-te agora nos milhões de boas pessoas à tua imagem, como antes nos governos ou nos exércitos ou nos bispos!...

De ti, de cada indivíduo, multiplicado por milhões, sem dúvida. Mas, se não desmultiplicamos esses milhões, se não reduzimos essas massas humanas às unidades, ao indivíduo, à consciência humana, à responsabilidade pessoal, numa palavra, se não responsabilizamos o coletivo, para que falar aqui, para que falar em Igreja inerte, para que tratar de fé e de moral?!

Mens agitatur molem uma inteligência ou uma consciência pessoal pode agitar a massa; mas a massa, por si, não tem inteligência nem

consciência, não é capaz de fé nem de moral. Inútil falar às massas: e, neste sentido, inútil falar aos exércitos ou aos governos, órgãos ou expressão das massas...

Com um Pascal ou um S. Agostinho, digamos a nós mesmos, cheios de toda a possível convicção, razão e eficácia: a primeira obrigação moral do homem é esforçar-se por pensar, e pensar bem, é amar muito a sua pobre inteligência. Este amor e esta obrigação trazem-se para nós, neste momento e quanto a este problema, numa constatação moral, que resulta num imperativo categórico: a Paz, como a guerra, a guerra, como a Paz, depende de ti!

Para começarmos por onde Paulo VI termina, falemos direta e imediatamente “aos nossos irmãos na fé e na caridade”. “Não temos nós, porventura, possibilidades nossas, originais e sobre-humanas, com que concorrer, juntamente com os outros promotores da Paz, para tornar válido o seu esforço, o esforço comum?... Quem, mais do que nós, cristãos, estará obrigado a ser, com as palavras e com o exemplo, mestre da Paz... mediante a inserção da causalidade humana na causalidade divina, disponível à invocação das nossas preces?” (...)

A Paz – e portanto a guerra – depende de ti, cristão, que fazes do teu Deus objeto de con-

* D. ANTÓNIO FERREIRA GOMES — *Homilias da Paz (1970-1982)*. Porto: Fundação Spes, 1999, p. 71-74.

sumo e que, esquecido de “quão perigoso é falar de Deus” (Orígenes) “usas – e abusas – do Santo Nome de Deus em vão”.

A Paz – e portanto a guerra – depende de ti, cristão, que continuas a viver no tempo mental do Antigo Testamento, ou do Império sacral pagão, e adorar o Deus Sabaot, o Deus dos exércitos ou o Forte da montanha, porventura o deus Marte, em vez de Deus-Pai universal, revelado em Cristo.

A Paz – e portanto a guerra – depende de ti, cristão, se esqueces cuidadosamente que, em civilização cristã, só Cristo pode salvar-nos, isto é, que só “a impotência de Deus, no Seu Cristo-Jesus, nos ajuda” (Bonhoeffer), só ela é verdadeiramente salvadora da pessoa, e civilizacional das mentalidades, e civilizadora dos povos.

A Paz – e portanto a guerra – depende de ti, cristão, se tornas a Cruz, sinal supremo de resgate, paz e reconciliação, dos indivíduos e dos povos, como guião de cruzadas, como aliada natural da espada e lábaro de conquistas ou pacificações violentas. (...)

A Paz – e portanto a guerra – depende de ti, cristão, se proclamas e crês porventura o Credo, mas não crês, com fé cristã e teológica, nas Bem-aventuranças, nem portanto na Cruz redentora.

A Paz – e portanto a guerra – depende de ti, cristão, se proclamas a tua fé católica e triunfal, mas não crês, com fé teológica cristã (embora porventura admitas que isso possa ser música celestial), não crês que “são bem-aventurados os mansos, os quais finalmente possuirão a terra”, que “são bem-aventurados os esfomeados e sedentos de justiça, porque serão saciados”, que “são bem-aventurados os misericordiosos, os puros de coração, os obreiros da paz, os quais obterão misericórdia, verão a face de Deus e serão chamados Seus filhos”. (...)

A Paz – e portanto a guerra – depende de ti, cristão, se crês e difundes o “bom-senso” de

que a moral cristã vale no foro da consciência, é talvez muito boa para salvar a tua preciosa alminha, mas pouco vale para com o próximo e nada para com a comunidade humana, sobretudo se sociedade política, nacional ou internacional; que essa terá outro Evangelho, seja o de Maquiavel ou de Satan.

A Paz – e portanto a guerra – depende de ti, cristão, se instrumentalizas o Evangelho, se mediatizas o Reino de Deus aos reinados dos césores, se condicionas o Verbo de Deus à razão ou razões humanas, se pões a Fé ao serviço dos interesses, individuais ou coletivos, se fazes da Moral cristã universal uma moral limitada pelas fronteiras da nação, ou do estado ou da classe, se voltas ao deus da tribo ou do império, em suma e para hoje, se fazes do Evangelho instrumento ao serviço quer da revolução social quer da conservação social.

A Paz – e portanto a guerra – depende de ti, cristão português, se curas “converter o Evangelho” ou “pregar outro Evangelho”, que não o de Cristo, e exiges que continuem a considerar-te católico e dos melhores (que, se não o fores e o admites, nada teríamos diretamente a dizer-te): que consideres os Lusíadas “Evangelho da Pátria” muito bem, nada temos a opor (embora a mentalidade fundamental do Épico, mesmo já para o seu tempo, fosse arcaizante e antes medieval que renascente), mas, para o cristão, não pode ser esse evangelho particular a julgar o único Evangelho, antes tem de ser por este interpretado e julgado.

A Paz – e portanto a guerra – depende de ti, cristão, se crês e proclamas ou fazes crer que o cristianismo, por ser um facto de consciência, não é mais que isso e que, portanto, à Igreja só podem interessar as almas (desencarnadas!) e não as sociedades, ou que um estado comum de perdição pode ser, para a consideração da Igreja, igual ao estado de salvação, e por conseguinte o seu ministério pastoral nada tem a ver com isso...

MENSAGEM PARA A CELEBRAÇÃO DO 46º DIA MUNDIAL DA PAZ

BEM-AVENTURADOS OS OBREIROS DA PAZ*

1. CADA ANO NOVO traz consigo a expectativa de um mundo melhor. Nesta perspectiva, peço a Deus, Pai da humanidade, que nos conceda a concórdia e a paz a fim de que possam tornar-se realidade, para todos, as aspirações duma vida feliz e próspera.

À distância de 50 anos do início do Concílio Vaticano II, que permitiu dar mais força à missão da Igreja no mundo, anima constatar como os cristãos, Povo de Deus em comunhão com Ele e caminhando entre os homens, se comprometem na história compartilhando alegrias e esperanças, tristezas e angústias,[1] anunciando a salvação de Cristo e promovendo a paz para todos.

Na realidade o nosso tempo, caracterizado pela globalização, com seus aspetos positivos e negativos, e também por sangrentos conflitos ainda em curso e por ameaças de guerra, requer um renovado e concorde empenho na busca do bem comum, do desenvolvimento de todo o homem e do homem todo.

Causam apreensão os focos de tensão e conflito causados por crescentes desigual-

dades entre ricos e pobres, pelo predomínio duma mentalidade egoísta e individualista que se exprime inclusivamente por um capitalismo financeiro desregrado. Além de variadas formas de terrorismo e criminalidade internacional, põem em perigo a paz aqueles fundamentalismos e fanatismos que distorcem a verdadeira natureza da religião, chamada a favorecer a comunhão e a reconciliação entre os homens.

E no entanto as inúmeras obras de paz, de que é rico o mundo, testemunham a vocação natural da humanidade à paz. Em cada pessoa, o desejo de paz é uma aspiração essencial e coincide, de certo modo, com o anelo por uma vida humana plena, feliz e bem sucedida. Por outras palavras, o desejo de paz corresponde a um princípio moral fundamental, ou seja, ao dever-direito de um desenvolvimento integral, social, comunitário, e isto faz parte dos desígnios que Deus tem para o homem. Na verdade, o homem é feito para a paz, que é dom de Deus.

Tudo isso me sugeriu buscar inspiração, para esta Mensagem, às palavras de Jesus

* http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/messages/peace/documents/hf_ben-xvi_mes_20121208_xlvi-world-day-peace_po.html.

[1] Cf. Conc. Ecum. Vat. II, Const. past. sobre a Igreja no mundo contemporâneo *Gaudium et spes*, 1.4.

Cristo: «Bem-aventurados os obreiros da paz, porque serão chamados filhos de Deus» (Mt 5, 9).

A bem-aventurança evangélica

2. As bem-aventuranças proclamadas por Jesus (cf. Mt 5, 3-12; Lc 6, 20-23) são promessas. Com efeito, na tradição bíblica, a bem-aventurança é um género literário que traz sempre consigo uma boa nova, ou seja um evangelho, que culmina numa promessa. Assim, as bem-aventuranças não são meras recomendações morais, cuja observância prevê no tempo devido – um tempo localizado geralmente na outra vida – uma recompensa, ou seja, uma situação de felicidade futura; mas consistem sobretudo no cumprimento duma promessa feita a quantos se deixam guiar pelas exigências da verdade, da justiça e do amor. Frequentemente, aos olhos do mundo, aqueles que confiam em Deus e nas suas promessas aparecem como ingênuos ou fora da realidade; ao passo que Jesus lhes declara que já nesta vida – e não só na outra – se darão conta de serem filhos de Deus e que, desde o início e para sempre, Deus está totalmente solidário com eles. Compreenderão que não se encontram sozinhos, porque Deus está do lado daqueles que se comprometem com a verdade, a justiça e o amor. Jesus, revelação do amor do Pai, não hesita em oferecer-Se a Si mesmo em sacrifício. Quando se acolhe Jesus Cristo, Homem-Deus, vive-se a jubilosa experiência de um dom imenso: a participação na própria vida de Deus, isto é, a vida da graça, penhor duma vida plenamente feliz. De modo particular, Jesus Cristo dá-nos a paz verdadeira, que nasce do encontro confiante do homem com Deus.

A bem-aventurança de Jesus diz que a paz é, simultaneamente, dom messiânico e obra humana. Na verdade, a paz pressupõe um humanismo aberto à transcendência; é

fruto do dom recíproco, de um mútuo enriquecimento, graças ao dom que provém de Deus e nos permite viver com os outros e para os outros. A ética da paz é uma ética de comunhão e partilha. Por isso, é indispensável que as várias culturas de hoje superem antropologias e éticas fundadas sobre motivos teórico-práticos meramente subjetivistas e pragmáticos, em virtude dos quais as relações da convivência se inspiram em critérios de poder ou de lucro, os meios tornam-se fins, e vice-versa, a cultura e a educação concentram-se apenas nos instrumentos, na técnica e na eficiência. Condição preliminar para a paz é o desmantelamento da ditadura do relativismo e da apologia duma moral totalmente autónoma, que impede o reconhecimento de quão imprescindível seja a lei moral natural inscrita por Deus na consciência de cada homem. A paz é construção em termos racionais e morais da convivência, fundando-a sobre um alicerce cuja medida não é criada pelo homem, mas por Deus. Como lembra o Salmo 29, « o Senhor dá força ao seu povo; o Senhor abençoará o seu povo com a paz » (v. 11).

A paz: dom de Deus e obra do homem

3. A paz envolve o ser humano na sua integridade e supõe o empenhamento da pessoa inteira: é paz com Deus, vivendo conforme à sua vontade; é paz interior consigo mesmo, e paz exterior com o próximo e com toda a criação. Como escreveu o Beato João XXIII na Encíclica *Pacem in terris* – cujo cinquentenário terá lugar dentro de poucos meses –, a paz implica principalmente a construção duma convivência humana baseada na verdade, na liberdade, no amor e na justiça.[2] A negação daquilo que constitui a verdadeira natureza do ser humano, nas suas dimensões essenciais, na sua capacidade intrínseca de conhecer a verda-

de e o bem e, em última análise, o próprio Deus, põe em perigo a construção da paz. Sem a verdade sobre o homem, inscrita pelo Criador no seu coração, a liberdade e o amor depreciam-se, a justiça perde a base para o seu exercício.

Para nos tornarmos autênticos obreiros da paz, são fundamentais a atenção à dimensão transcendente e o diálogo constante com Deus, Pai misericordioso, pelo qual se implora a redenção que nos foi conquistada pelo seu Filho Unigénito. Assim o homem pode vencer aquele germe de obscurecimento e negação da paz que é o pecado em todas as suas formas: egoísmo e violência, avidez e desejo de poder e domínio, intolerância, ódio e estruturas injustas.

A realização da paz depende sobretudo do reconhecimento de que somos, em Deus, uma única família humana. Esta, como ensina a Encíclica *Pacem in terris*, está estruturada mediante relações interpessoais e instituições sustentadas e animadas por um «nós» comunitário, que implica uma ordem moral, interna e externa, na qual se reconheçam sinceramente, com verdade e justiça, os próprios direitos e os próprios deveres para com os demais. A paz é uma ordem de tal modo vivificada e integrada pelo amor, que se sentem como próprias as necessidades e exigências alheias, que se fazem os outros participantes dos próprios bens e que se estende sempre mais no mundo a comunhão dos valores espirituais. É uma ordem realizada na liberdade, isto é, segundo o modo que corresponde à dignidade de pessoas que, por sua própria natureza racional, assumem a responsabilidade do próprio agir.[3]

A paz não é um sonho, nem uma utopia; a paz é possível. Os nossos olhos devem ver em profundidade, sob a superfície das apa-

rências e dos fenómenos, para vislumbrar uma realidade positiva que existe nos corações, pois cada homem é criado à imagem de Deus e chamado a crescer contribuindo para a edificação dum mundo novo. Na realidade, através da encarnação do Filho e da redenção por Ele operada, o próprio Deus entrou na história e fez surgir uma nova criação e uma nova aliança entre Deus e o homem (cf. *Jr* 31, 31-34), oferecendo-nos a possibilidade de ter «um coração novo e um espírito novo» (cf. *Ez* 36,26).

Por isso mesmo, a Igreja está convencida de que urge um novo anúncio de Jesus Cristo, primeiro e principal factor do desenvolvimento integral dos povos e também da paz. Na realidade, Jesus é a nossa paz, a nossa justiça, a nossa reconciliação (cf. *Ef* 2,14; *2 Cor* 5, 18). O obreiro da paz, segundo a bem-aventurança de Jesus, é aquele que procura o bem do outro, o bem pleno da alma e do corpo, no tempo presente e na eternidade.

A partir deste ensinamento, pode-se deduzir que cada pessoa e cada comunidade – religiosa, civil, educativa e cultural – é chamada a trabalhar pela paz. Esta consiste, principalmente, na realização do bem comum das várias sociedades, primárias e intermédias, nacionais, internacionais e a mundial. Por isso mesmo, pode-se supor que os caminhos para a implementação do bem comum sejam também os caminhos que temos de seguir para se obter a paz.

Obreiros da paz são aqueles que amam, defendem e promovem a vida na sua integridade

4. Caminho para a consecução do bem comum e da paz é, antes de mais nada, o respeito pela vida humana, considerada na

[2] Cf. Carta enc. *Pacem in terris* (11 de Abril de 1963): AAS 55 (1963), 265-266.7.

[3] Cf. *ibidem*: o. c., 266.9.

multiplicidade dos seus aspetos, a começar da concepção, passando pelo seu desenvolvimento até ao fim natural. Assim, os verdadeiros obreiros da paz são aqueles que amam, defendem e promovem a vida humana em todas as suas dimensões: pessoal, comunitária e transcendente. A vida em plenitude é o ápice da paz. Quem deseja a paz não pode tolerar atentados e crimes contra a vida.

Aqueles que não apreciam suficientemente o valor da vida humana, chegando a defender, por exemplo, a liberalização do aborto, talvez não se deem conta de que assim estão a propor a prossecução duma paz ilusória. A fuga das responsabilidades, que deprecia a pessoa humana, e mais ainda o assassinato de um ser humano indefeso e inocente nunca poderão gerar felicidade nem a paz. Na verdade, como se pode pensar em realizar a paz, o desenvolvimento integral dos povos ou a própria salvaguarda do ambiente, sem estar tutelado o direito à vida dos mais frágeis, a começar pelos nascituros? Qualquer lesão à vida, de modo especial na sua origem, provoca inevitavelmente danos irreparáveis ao desenvolvimento, à paz, ao ambiente. Tão-pouco é justo codificar ardidamente falsos direitos ou opções que, baseados numa visão reducionista e relativista do ser humano e com o hábil recurso a expressões ambíguas tendentes a favorecer um suposto direito ao aborto e à eutanásia, ameaçam o direito fundamental à vida.

Também a estrutura natural do matrimónio, como união entre um homem e uma mulher, deve ser reconhecida e promovida contra as tentativas de a tornar, juridicamente, equivalente a formas radicalmente diversas de união que, na realidade, a prejudicam e contribuem para a sua desestabilização, obscurecendo o seu carácter peculiar e a sua insubstituível função social.

Estes princípios não são verdades de fé, nem uma mera derivação do direito à liberdade religiosa; mas estão inscritos na própria natureza humana – sendo reconhecíveis pela razão – e consequentemente comuns a toda a humanidade. Por conseguinte, a ação da Igreja para os promover não tem carácter confessional, mas dirige-se a todas as pessoas, independentemente da sua filiação religiosa. Tal ação é ainda mais necessária quando estes princípios são negados ou mal entendidos, porque isso constitui uma ofensa contra a verdade da pessoa humana, uma ferida grave infligida à justiça e à paz.

Por isso, uma importante colaboração para a paz é dada também pelos ordenamentos jurídicos e a administração da justiça quando reconhecem o direito ao uso do princípio da objeção de consciência face a leis e medidas governamentais que atentem contra a dignidade humana, como o aborto e a eutanásia.

Entre os direitos humanos basilares mesmo para a vida pacífica dos povos, conta-se o direito dos indivíduos e comunidades à liberdade religiosa. Neste momento histórico, torna-se cada vez mais importante que este direito seja promovido não só negativamente, como *liberdade de* – por exemplo, de obrigações e coações quanto à liberdade de escolher a própria religião, mas também positivamente, nas suas várias articulações, como *liberdade para*: por exemplo, para testemunhar a própria religião, anunciar e comunicar a sua doutrina; para realizar atividades educativas, de beneficência e de assistência que permitem aplicar os preceitos religiosos; para existir e atuar como organismos sociais, estruturados de acordo com os princípios doutrinários e as finalidades institucionais que lhe são próprias. Infelizmente vão-se multiplicando, mesmo em países de antiga tradição cristã, os episódios de intolerância religio-

sa, especialmente contra o cristianismo e aqueles que se limitam a usar os sinais identificadores da própria religião.

O obreiro da paz deve ter presente também que as ideologias do liberalismo radical e da tecnocracia insinuam, numa percentagem cada vez maior da opinião pública, a convicção de que o crescimento económico se deve conseguir mesmo à custa da erosão da função social do Estado e das redes de solidariedade da sociedade civil, bem como dos direitos e deveres sociais. Ora, há que considerar que estes direitos e deveres são fundamentais para a plena realização de outros, a começar pelos direitos civis e políticos.

E, entre os direitos e deveres sociais atualmente mais ameaçados, conta-se o direito ao trabalho. Isto é devido ao facto, que se verifica cada vez mais, de o trabalho e o justo reconhecimento do estatuto jurídico dos trabalhadores não serem adequadamente valorizados, porque o crescimento económico dependeria sobretudo da liberdade total dos mercados. Assim o trabalho é considerado uma variável dependente dos mecanismos económicos e financeiros. A propósito disto, volto a afirmar que não só a dignidade do homem mas também razões económicas, sociais e políticas exigem que se continue « a perseguir como prioritário o objetivo do acesso ao trabalho para todos, ou da sua manutenção ». [4] Para se realizar este ambicioso objetivo, é condição preliminar uma renovada apreciação do trabalho, fundada em princípios éticos e valores espirituais, que revigore a sua conceção como bem fundamental para a pessoa, a família, a sociedade. A um tal bem corresponde um dever e um direito, que exigem novas e ousadas políticas de trabalho para todos.

Construir o bem da paz através de um novo modelo de desenvolvimento e de economia

5. De vários lados se reconhece que, hoje, é necessário um novo modelo de desenvolvimento e também uma nova visão da economia. Quer um desenvolvimento integral, solidário e sustentável, quer o bem comum exigem uma justa escala de bens-valores, que é possível estruturar tendo Deus como referência suprema. Não basta ter à nossa disposição muitos meios e muitas oportunidades de escolha, mesmo apreciáveis; é que tanto os inúmeros bens em função do desenvolvimento como as oportunidades de escolha devem ser empregues de acordo com a perspectiva duma vida boa, duma conduta reta, que reconheça o primado da dimensão espiritual e o apelo à realização do bem comum. Caso contrário, perdem a sua justa valência, acabando por erguer novos ídolos.

Para sair da crise financeira e económica atual, que provoca um aumento das desigualdades, são necessárias pessoas, grupos, instituições que promovam a vida, favorecendo a criatividade humana para fazer da própria crise uma ocasião de discernimento e de um novo modelo económico. O modelo que prevaleceu nas últimas décadas apostava na busca da maximização do lucro e do consumo, numa ótica individualista e egoísta que pretendia avaliar as pessoas apenas pela sua capacidade de dar resposta às exigências da competitividade. Olhando de outra perspectiva, porém, o sucesso verdadeiro e duradouro pode ser obtido com a dádiva de si mesmo, dos seus dotes intelectuais, da própria capacidade de iniciativa, já que o desenvolvimento económico suportável, isto é, autenticamente humano tem necessidade do princípio da gratuidade como expressão de fraternidade

[4] Bento XVI, Carta enc. *Caritas in veritate* (29 de Junho de 2009), 32: AAS 101 (2009), 666-667.13.

e da lógica do dom. [5] Concretamente na atividade económica, o obreiro da paz aparece como aquele que cria relações de lealdade e reciprocidade com os colaboradores e os colegas, com os clientes e os usuários. Ele exerce a atividade económica para o bem comum, vive o seu compromisso como algo que ultrapassa o interesse próprio, beneficiando as gerações presentes e futuras. Deste modo sente-se a trabalhar não só para si mesmo, mas também para dar aos outros um futuro e um trabalho dignos.

No âmbito económico, são necessárias – especialmente por parte dos Estados – políticas de desenvolvimento industrial e agrícola que tenham a peito o progresso social e a universalização de um Estado de direito e democrático. Fundamental e imprescindível é também a estruturação ética dos mercados monetário, financeiro e comercial; devem ser estabilizados e melhor coordenados e controlados, de modo que não causem dano aos mais pobres. A solicitude dos diversos obreiros da paz deve ainda concentrar-se – com mais determinação do que tem sido feito até agora – na consideração da crise alimentar, muito mais grave do que a financeira. O tema da segurança das provisões alimentares voltou a ser central na agenda política internacional, por causa de crises relacionadas, para além do mais, com as bruscas oscilações do preço das matérias-primas agrícolas, com comportamentos irresponsáveis por parte de certos agentes económicos e com um controle insuficiente por parte dos Governos e da comunidade internacional. Para enfrentar semelhante crise, os obreiros da paz são chamados a trabalhar juntos em espírito de solidariedade, desde o nível local até ao internacional,

com o objetivo de colocar os agricultores, especialmente nas pequenas realidades rurais, em condições de poderem realizar a sua atividade de modo digno e sustentável dos pontos de vista social, ambiental e económico.

Educação para uma cultura da paz: o papel da família e das instituições

6. Desejo veementemente reafirmar que os diversos obreiros da paz são chamados a cultivar a paixão pelo bem comum da família e pela justiça social, bem como o empenho por uma válida educação social.

Ninguém pode ignorar ou subestimar o papel decisivo da família, célula básica da sociedade, dos pontos de vista demográfico, ético, pedagógico, económico e político. Ela possui uma vocação natural para promover a vida: acompanha as pessoas no seu crescimento e estimula-as a enriquecerem-se entre si através do cuidado recíproco. De modo especial, a família cristã guarda em si o primordial projeto da educação das pessoas segundo a medida do amor divino. A família é um dos sujeitos sociais indispensáveis para a realização duma cultura da paz. É preciso tutelar o direito dos pais e o seu papel primário na educação dos filhos, nomeadamente nos âmbitos moral e religioso. Na família, nascem e crescem os obreiros da paz, os futuros promotores duma cultura da vida e do amor. [6]

Nesta tarefa imensa de educar para a paz, estão envolvidas de modo particular as comunidades dos crentes. A Igreja toma parte nesta grande responsabilidade através da nova evangelização, que tem como

[5] Cf. *ibid.*, 34.36: o. c., 668-670.671-672.15.

[6] Cf. João Paulo II, *Mensagem para o Dia Mundial da paz de 1994* (8 de Dezembro de 1993): AAS 86 (1994), 156-162.17.

pontos de apoio a conversão à verdade e ao amor de Cristo e, conseqüentemente, o renascimento espiritual e moral das pessoas e das sociedades. O encontro com Jesus Cristo plasma os obreiros da paz, comprometendo-os na comunhão e na superação da injustiça.

Uma missão especial em prol da paz é desempenhada pelas instituições culturais, escolásticas e universitárias. Delas se requer uma notável contribuição não só para a formação de novas gerações de líderes, mas também para a renovação das instituições públicas, nacionais e internacionais. Podem também contribuir para uma reflexão científica que radique as atividades económicas e financeiras numa sólida base antropológica e ética. O mundo atual, particularmente o mundo da política, necessita do apoio dum novo pensamento, duma nova síntese cultural, para superar tecnicismos e harmonizar as várias tendências políticas em ordem ao bem comum. Este, visto como conjunto de relações interpessoais e instituições positivas ao serviço do crescimento integral dos indivíduos e dos grupos, está na base de toda a verdadeira educação para a paz.

Uma pedagogia do obreiro da paz

7. Concluindo, há necessidade de propor e promover uma pedagogia da paz. Esta requer uma vida interior rica, referências morais claras e válidas, atitudes e estilos de vida adequados. Com efeito, as obras de paz concorrem para realizar o bem comum e criam o interesse pela paz, educando para ela. Pensamentos, palavras e gestos de paz criam uma mentalidade e uma cultura da paz, uma atmosfera de respeito, honestidade e cordialidade. Por isso, é

necessário ensinar os homens a amarem-se e educarem-se para a paz, a viverem mais de benevolência que de mera tolerância. Incentivo fundamental será « dizer não à vingança, reconhecer os próprios erros, aceitar as desculpas sem as buscar e, finalmente, perdoar », [7] de modo que os erros e as ofensas possam ser verdadeiramente reconhecidos a fim de caminhar juntos para a reconciliação. Isto requer a difusão duma pedagogia do perdão. Na realidade, o mal vence-se com o bem, e a justiça deve ser procurada imitando a Deus Pai que ama todos os seus filhos (cf. *Mt* 5, 21-48). É um trabalho lento, porque supõe uma evolução espiritual, uma educação para os valores mais altos, uma visão nova da história humana. É preciso renunciar à paz falsa, que prometem os ídolos deste mundo, e aos perigos que a acompanham; refiro-me à paz que torna as consciências cada vez mais insensíveis, que leva a fechar-se em si mesmo, a uma existência atrofiada vivida na indiferença. Ao contrário, a pedagogia da paz implica serviço, compaixão, solidariedade, coragem e perseverança.

Jesus encarna o conjunto destas atitudes na sua vida até ao dom total de Si mesmo, até « perder a vida » (cf. *Mt* 10, 39; *Lc* 17, 33; *Jo* 12, 25). E promete aos seus discípulos que chegarão, mais cedo ou mais tarde, a fazer a descoberta extraordinária de que falamos no início: no mundo, está presente Deus, o Deus de Jesus Cristo, plenamente solidário com os homens. Neste contexto, apraz-me lembrar a oração com que se pede a Deus para fazer de nós instrumentos da sua paz, a fim de levar o seu amor onde há ódio, o seu perdão onde há ofensa, a verdadeira fé onde há dúvida. Por nossa vez pedimos a Deus, juntamente com o Beato João XXIII, que ilumine os respon-

[7] Bento XVI, *Discurso por ocasião do Encontro com os membros do Governo, das instituições da República, com o Corpo Diplomático, os líderes religiosos e representantes do mundo da cultura* (Baabda-Líbano, 15 de Setembro de 2012): *L'Osservatore Romano* (ed. port. de 23/IX/ 2012), 7.18.

sáveis dos povos para que, junto com a solicitude pelo justo bem-estar dos próprios concidadãos, garantam e defendam o dom precioso da paz; inflame a vontade de todos para superarem as barreiras que dividem, reforçarem os vínculos da caridade mútua, compreenderem os outros e perdoarem aos que lhes tiverem feito injúrias, de tal modo que, em virtude da sua ação, todos os povos da terra se tornem irmãos e floresça neles e reine para sempre a tão suspirada paz.[8]

Com esta invocação, faço votos de que todos possam ser autênticos obreiros e construtores da paz, para que a cidade do homem cresça em concórdia fraterna, na prosperidade e na paz.

Vaticano, 8 de Dezembro de 2012.

Benedictus PP XVI



Queridos amigos, vejo em vós as «sentinelas da manhã» (cf. Is 21, 11-12), nesta alvorada do terceiro milénio. (...) Hoje encontráreis-vos reunidos aqui para afirmar que, no novo século, não vos prestareis a ser instrumentos de violência e de destruição; defendereis a paz, à custa da própria vida se for necessário. Não vos conformareis com um mundo onde outros seres humanos morrem de fome, continuam analfabetos, não têm trabalho. Vós defendereis a vida em todas as etapas da sua evolução terrena, esforçar-vos-eis com todas as vossas forças por tornar esta terra cada vez mais habitável para todos.

JOÃO PAULO II
Vigília de Oração: XV Jornada Mundial da Juventude,
Tor Vergata, 19 de Agosto de 2000

[8] Cf. Carta enc. *Pacem in terris* (11 de Abril de 1963): AAS 55 (1963), 304.19.

QUANDO DESOBEDECER É PRECISO

Aristides de Sousa Mendes

(19 de Julho de 1885 — 3 de Abril de 1954)



Reconhecido diplomata, desempenhava funções de cônsul de Bordéus em França quando teve início a Segunda Guerra Mundial. Concedeu contra a vontade de Salazar cerca de trinta mil vistos a refugiados, dos quais dez mil a refugiados de confissão judaica. Pelas suas ações em Bordéus, devido às quais morreu na miséria, foi condecorado a título póstumo com a Cruz de Mérito pela República Portuguesa (1998).

Aristides de Sousa Mendes, ex-cônsul de Portugal em Bordéus, lugar de que foi destituído pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, por motivo de ter, com desobediência às instruções vigentes, dado vistos em passaportes a milhares de estrangeiros que procuravam no nosso país abrigo e segurança contra a ameaça e o perigo dos exércitos alemães, então em via de ocupação total do sudoeste da França vem, no exercício do seu direito de reclamação garantido no n.º 18 do art.º 8º da Constituição Política da República Portuguesa, apelar para a Assembleia Nacional, como encarregada pela mesma Constituição de “Vigiar pelo cumprimento das suas disposições e das leis da Nação” (Art.º 91, n.º 2) com os seguintes fundamentos:

Tendo-lhe sido enviadas instruções pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre os vistos em passaportes, essas instruções continham na primeira alínea a proibição absoluta de os dar aos Israelitas sem discriminação de nacionalidade.

Tratando-se de milhares de pessoas de religião judaica, pertencentes a todos os países invadidos, já perseguidas na Alemanha e noutros países seus forçados aderentes, entendeu o reclamante que não devia obedecer àquela proibição por a considerar inconstitucional em virtude do disposto no art.º 8.º n.º 3, da mesma Constituição que garante a liberdade e a inviolabilidade de crenças, não permitindo que ninguém seja perseguido por causa delas, nem que ninguém seja obrigado a responder acerca da religião que professa, medida que aliás se lhe tornava necessária para saber a religião dos impetrantes e assim negar-lhes ou conceder-lhes o visto.

Nestes termos, se o reclamante não obedeceu à ordem recebida do Ministério dos Negócios Estrangeiros, não fez mais que resistir, nos termos do n.º 18, do mesmo art.º 8º, da Constituição, a uma ordem que infringia manifestamente as garantias individuais, não legalmente suspensas nessa ocasião. (Art.º 8.º, n.º 19).

E não se pretenda que a inviolabilidade de crenças não constitui, segundo a Constituição, um direito para os estrangeiros visados, com o fundamento de não se acharem residindo em Portugal, único caso em que poderiam ter os mesmos direitos que os nacionais (§ único, art.º 7), pois não se trata, no caso presente, dum direito dos estrangeiros, mas um dever dos funcionários portugueses que, nem em Portugal nem nos seus Consulados, que são também território português, poderão, sem quebra de letra da Constituição e sobretudo do seu espírito, interrogar seja quem for sobre a religião professada, para lhe negar qualquer ato da sua competência, o que a admitir-se significaria a mais odiosa perseguição religiosa, mormente quando se impunha o direito de asilo que todo o país civilizado sempre tem reconhecido e praticado em ocasiões de guerra, ou de calamidades públicas.

Espera, pois, o reclamante que a Assembleia Nacional, na sua alta função de vigiar pelo cumprimento da lei (...), haja por bem declarar nula a pena que lhe foi imposta por motivo da desobediência às instruções citadas, exigindo a respetiva responsabilidade àquele ou àqueles funcionários que, dando-lhe a referida ordem, “atentaram contra a Constituição e o regímen Político” estabelecido, (art.º 115.º, n.º 2) reconhecendo-lhe o direito a reparações materiais e morais, pelo prejuízo que lhe foi causado pelo processo disciplinar que lhe foi instau-

rado e se acha arquivado no Ministério dos Negócios Estrangeiros (art.8.º, n.º18).

Não alegou na resposta que deu no mesmo processo disciplinar estas circunstâncias, pelo motivo de, lavrando a guerra na Europa, não querer dar publicidade e relevo a uma atitude por parte de funcionários do Estado, que sobre ser inconstitucional, poderia ser interpretada como colaboração na obra de perseguição do governo Hitleriano contra os judeus, o que representaria uma quebra da neutralidade adotada pelo governo.

Não pode, porém, suportar a evidente injustiça com que foi tratado e conduziu ao absurdo, a que pede seja posto rápido termo, de o reclamante ter sido severamente punido por factos por que a Administração tem sido elogiada, em Portugal e no estrangeiro, manifestamente por engano, pois os encómios cabem ao país e à sua população cujos sentimentos altruístas e humanitários tiveram larga aplicação e retumbância universal, justamente devido à

desobediência do reclamante.

Em resumo, a atitude do Governo Português foi inconstitucional, antineutral e contrária aos sentimentos de humanidade e, portanto, inofensavelmente “contra a Nação”.

Realmente desobedeci, mas a minha desobediência não me desonra. Não cumpri instruções que significavam, a meu ver, perseguição a verdadeiros náufragos que procuravam a todo o custo salvar-se da sanha hitleriana. Acima dessas instruções, estava para mim a lei de Deus e foi essa que eu procurei cumprir, sem hesitações, nem cobardias de poltrão. O verdadeiro valor da religião cristã, está no amor do próximo, e eu, sendo cristão, não podia fugir do seu império.

Carta ao Dr. Palma Carlos. 17 de Julho 1941

DO SONHO À REALIDADE

Nelson Mandela

(18 de Julho de 1918 —)



Advogado e líder político sul-africano nascido em Transkei, África do Sul, Nelson Rolihlahla Mandela, considerado um guerreiro em luta pela liberdade, foi galardoado com o Prémio Nobel da Paz em 1993, dividido com Frederik Willem de Klerk, pelos esforços desenvolvidos no sentido de estabelecer a democracia, acabando com o regime de segregação racial.

Hoje, através da nossa presença aqui e das celebrações que têm lugar noutras partes do nosso país e do mundo, conferimos glória e esperança à liberdade recém-conquistada.

Da experiência de um extraordinário desastre humano que durou demais, deve nascer uma sociedade da qual toda a humanidade se orgulhará.

Os nossos comportamentos diários como sul-africanos comuns devem dar azo a uma realidade sul-africana que reforce a crença da humanidade na justiça, fortaleça a sua confiança na nobreza da alma humana e alente as nossas esperanças de uma vida gloriosa para todos.

Devemos tudo isto a nós próprios e aos povos do mundo, hoje aqui tão bem representados. (...)

[A] união espiritual e física que partilhamos com esta pátria comum explica a profunda dor que trazíamos no nosso coração quando víamos o nosso país despedaçar-se num terrível conflito, quando o víamos despre-

zado, proscrito e isolado pelos povos do mundo, precisamente por se ter tornado a sede universal da perniciosa ideologia e prática do racismo e da opressão racial.

Nós, o povo sul-africano, sentimo-nos realizados pelo facto de a humanidade nos ter de novo acolhido no seu seio; por nós, proscritos até há pouco tempo, termos recebido hoje o raro privilégio de acolhermos as nações do mundo no nosso próprio território.

Agradecemos a todos os nossos distintos convidados internacionais por terem vindo tomar posse, juntamente com o nosso povo, daquilo que é, afinal, uma vitória comum pela justiça, pela paz e pela dignidade humana.

Acreditamos que continuarão a apoiar-nos à medida que enfrentarmos os desafios da construção da paz, da prosperidade, da democracia e da erradicação do sexismo e do racismo.

Apreciamos sinceramente o papel desempenhado pelas massas do nosso povo e

pelos líderes das suas organizações democráticas políticas, religiosas, femininas, de juventude, profissionais, tradicionais e outras para conseguir este desenlace. O meu segundo vice-presidente o distinto F.W. de Klerk, é um dos mais eminentes.

Também gostaríamos de prestar homenagem às nossas forças de segurança, a todas as suas patentes, pelo destacado papel que desempenharam para garantir as nossas primeiras eleições democráticas e a transição para a democracia, protegendo-nos das forças sanguinárias que ainda se recusam a ver a luz.

Chegou o momento de sarar as feridas.

Chegou o momento de transpor os abismos que nos dividem.

Chegou o momento de construir.

Conseguimos finalmente a nossa emancipação política. Comprometemo-nos a libertar todo o nosso povo do continuado cativeiro da pobreza, das privações, do sofrimento, da discriminação sexual e de quaisquer outras.

Conseguimos dar os últimos passos em direção à liberdade em condições de paz relativa. Comprometemo-nos a construir uma paz completa, justa e duradoura.

Triunfámos no nosso intento de implantar a esperança no coração de milhões de compatriotas. Assumimos o compromisso de construir uma sociedade na qual todos os sul-africanos, quer sejam negros ou brancos, possam caminhar de cabeça erguida, sem receios no coração, certos do seu inalienável direito a dignidade humana: uma nação arco-íris, em paz consigo própria e com o mundo.

Como símbolo do seu compromisso de renovar o nosso país, o novo governo provisório de Unidade Nacional abordará, com

maior urgência, a questão da amnistia para várias categorias de pessoas que se encontram atualmente a cumprir penas de prisão.

Dedicamos o dia de hoje a todos os heróis e heroínas deste país e do resto do mundo que se sacrificaram de diversas formas e deram as suas vidas para que nós pudéssemos ser livres.

Os seus sonhos tornaram-se realidade. A sua recompensa é a liberdade.

Sinto-me simultaneamente humilde e elevado pela honra e privilégio que o povo da África do Sul me conferiu ao eleger-me primeiro Presidente de uma África do Sul unida, democrática, não racista e não sexista. (...)

Mesmo assim, temos consciência de que o caminho para a liberdade não é fácil.

Sabemos muito bem que nenhum de nós pode ser bem-sucedido agindo sozinho.

Por conseguinte, temos que agir em conjunto, como um povo unido, pela reconciliação nacional, pela construção da nação, pelo nascimento de um novo mundo.

Que haja justiça para todos.

Que haja paz para todos.

Que haja trabalho, pão, água e sal para todos.

Que cada um de nós saiba que o seu corpo, a sua mente e a sua alma foram libertados para se realizarem.

Nunca, nunca e nunca mais voltará esta maravilhosa terra a experimentar a opressão de uns sobre os outros, nem a sofrer a humilhação de ser a escória do mundo.

O sol nunca se porá sobre um tão glorioso feito humano.

Que reine a liberdade. Que Deus abençoe África!"

Discurso de Nelson Mandela no dia de tomada de posse como Presidente Eleito da África do Sul. 10 de Maio de 1994. Discurso original em: http://db.nelsonmandela.org/speeches/pub_view.asp?pg=item&itemID=NMS176&txtstr=1994.

DEIXEM SOAR O SINO DA LIBERDADE

Martin Luther King, Jr.

(15 de Janeiro de 1929 — 4 de Abril de 1968)



Pastor da Igreja Baptista e ativista político norte-americano, nascido em Atlanta, Geórgia, Martin Luther King, Jr. foi um dos principais líderes do movimento americano pelos direitos civis e defensor da resistência não-violenta contra a opressão racial. Após organizar o famoso boicote ao transporte público em Montgomery (Alabama), em 1955, foi escolhido para líder do movimento a favor dos direitos civis das minorias. Em 28 de Agosto de 1963, dirigiu a histórica “marcha” para Washington, onde pronunciou o famoso discurso “I have a Dream” (Eu tenho um sonho). Em 1964, pouco antes do seu assassinato, em

Memphis, Tennessee, foi galardoado com o Prémio Nobel da Paz.

Sinto-me feliz por estar hoje aqui convosco naquela que irá ficar na história da nossa nação como a maior manifestação pela liberdade.

Há um século, um grande Americano, a cuja sombra simbólica nos acolhemos hoje, assinou a Proclamação de Emancipação. Essa proclamação de extraordinária importância foi como um grande farol que veio iluminar a esperança de milhões de escravos negros, que ardiam nas chamas da asfixiante injustiça. Foi como uma aurora jubilosa que vinha pôr fim à longa noite do seu cativeiro.

Mas, cem anos volvidos, o Negro ainda não é livre. Cem anos volvidos, a vida do Negro continua a ser desgraçadamente tolhida pelas algemas da segregação e pelas grilhetas da discriminação. Cem anos volvidos, o Negro vive numa ilha deserta de pobreza

no meio dum vasto oceano de prosperidade material. Cem anos volvidos, o Negro continua confinado aos cantos da sociedade americana e sente-se exilado na sua própria terra.

Por isso viemos aqui hoje denunciar uma situação vergonhosa. (...)

Viemos também a este lugar sagrado para lembrar à América a grande urgência da hora presente. Não podemos continuar a dar-nos ao luxo de adiar ou tomar o tranquilizante que é o gradualismo. Chegou a hora de cumprir as promessas da democracia. Chegou a hora de sair do negro e árido vale da segregação para a estrada soalheira da justiça social. Chegou a hora de arrancar a nossa nação às areias movediças da injustiça racial e implantá-la no rochedo sólido da fraternidade. Chegou a hora de fazer da

justiça uma realidade para todos os filhos de Deus. (...)

Não haverá sossego nem tranquilidade na América enquanto o Negro não vir garantidos os seus direitos de cidadania. Os turbilhões da revolta irão continuar a abalar os alicerces da nossa nação até que nasça o dia radioso da justiça.

Mas há uma coisa que eu posso dizer ao meu povo, que se mantém firme no limiar acolhedor de acesso ao palácio da justiça: no processo de conquista do lugar a que temos direito, importa que não cometamos actos condenáveis. Não podemos saciar a nossa sede de liberdade bebendo do cálice da acrimónia e do ódio. Temos de travar a nossa batalha mantendo-nos sempre num plano elevado de dignidade e disciplina. Não podemos consentir que o nosso protesto criativo degenera em violência física. Sistemáticamente, temos de nos erguer à altura majestosa da resposta à força física pela força anímica. (...)

Há quem pergunte aos militantes dos direitos civis: “Quando é que vos ireis dar por satisfeitos?” Não iremos dar-nos por satisfeitos enquanto o Negro for vítima dos horrores inenarráveis da brutalidade policial. Não iremos dar-nos por satisfeitos enquanto os nossos corpos, pesados da fadiga e da viagem, não puderem encontrar pousada nos hotéis das estradas e nos hotéis das cidades. Não podemos dar-nos por satisfeitos enquanto o essencial da mobilidade do Negro for de um gueto pequeno para outro maior. Não iremos dar-nos por satisfeitos enquanto os nossos filhos se virem espoliados da sua identidade e privados da sua dignidade por tabuletas em que se lê “Só Para Brancos”. Não podemos dar-nos por satisfeitos enquanto

um Negro do Mississippi não puder votar e um Negro de Nova Iorque achar que não tem razões para votar. Não, não, não nos damos nem daremos por satisfeitos enquanto a equidade não jorrar como urna fonte e a justiça como corrente que não seca. (...)

Digo-vos hoje, meus amigos: mesmo que tenhamos de enfrentar as dificuldades de hoje e de amanhã, eu ainda tenho um sonho. Um sonho que mergulha profundamente as suas raízes no sonho americano.

Tenho um sonho de que um dia esta nação se irá erguer e viver o significado autêntico do seu credo — temos por verdades evidentes que todos os homens foram criados iguais. (...)

Tenho um sonho de que os meus quatro filhos pequenos irão um dia viver num país em que não serão julgados pela cor da sua pele mas sim pelo conteúdo do seu carácter.

Eu hoje tenho um sonho! (...)

Tenho um sonho de que um dia todo o vale será exaltado, e todo o monte e todo o outeiro serão abatidos: e o que está torcido se endireitará, e o que é áspero se aplanará. (...)

É esta a nossa esperança. É esta a fé que eu vou levar comigo no meu regresso ao Sul. Com esta fé seremos capazes de talhar da montanha do desespero um calhau de esperança.

Com esta fé seremos capazes de transformar as estridentes desafinações da nossa nação numa bela sinfonia da fraternidade. Com esta fé seremos capazes de trabalhar lado a lado, rezar lado a lado, lutar lado a lado, ir para a prisão lado a lado, bater-nos pela liberdade lado a lado, com a certeza de que um dia seremos livres. (...)

Discurso pronunciado na escadaria do Monumento a Lincoln, em Washington, após a “Marcha para Washington por Emprego e Liberdade”. In CARSON, Clayborne (Org.) — Eu tenho um sonho: A Autobiografia de Martin Luther King. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2003, p. 249-259. Discurso original em: <http://www.thekingcenter.org/archive/document/i-have-dream-1>.

LIVRE PARA PENSAR E PARA FALAR

Aung San Suu Kyi

(19 de Junho de 1945 —)



Filha do herói nacional da Birmânia, Aung San, assassinado quando ela tinha apenas dois anos, depois de fazer os seus estudos em Rangun, Deli e na universidade de Oxford, trabalhou nas Nações Unidas em Nova Iorque e no Butão. O seu regresso à Birmânia, em 1988, coincidiu com o eclodir de uma revolta espontânea contra vinte e seis anos de repressão política e declínio económico. Aung San Suu Kyi rapidamente se revelou a líder natural e mais eloquente do movimento, e o partido que fundou obteve uma vitória colossal nas eleições de Maio de 1990. Em Julho de 1989, foi posta sob

prisão domiciliária. Em 1990, foi galardoada com o Prémio para os Direitos Humanos Thorolf Rafto, da Noruega, e o Prémio Sakharov para a liberdade de Pensamento do Parlamento Europeu, e, em 1991, com o Prémio Nobel da Paz.

A guerra não é o único campo onde a paz é conseguida através da morte. Onde quer que o sofrimento seja ignorado, haverá sementes de conflito, pois o sofrimento degrada, amargura e enfurece.

Um aspeto positivo de viver em isolamento foi eu ter tempo de sobra para refletir sobre o significado de palavras e preceitos que tinha conhecido e aceite toda a minha vida. Como budista, eu tinha ouvido falar de *dukha*, geralmente traduzido por *sofrimento*, desde que era criança. (...) No entanto, foi apenas durante os meus anos de prisão domiciliária que investiguei a natureza dos seis grandes *dukha*. Estes são: ser concebido, envelhecer, adoecer, morrer, separar-se daqueles que se ama, ser forçado a viver com aqueles que não se ama. Examinei cada um dos seis grandes sofrimentos, não no âmbito religioso, mas

no contexto das nossas vidas comuns, quotidianas. (...) Intrigaram-me especialmente os últimos dois tipos de sofrimento: separar-se daqueles que se ama e ser forçado a viver com aqueles que não se ama. (...) Pensei em prisioneiros e refugiados, nos trabalhadores migrantes e vítimas de tráfico de seres humanos, naquela grande massa de desenraizados que foram arrancados às suas casas, separados das suas famílias e amigos, forçados a viver as suas vidas entre estranhos que nem sempre são acolhedores. (...)

Tenho a sorte de viver numa época em que o destino dos prisioneiros de consciência de qualquer lugar se tornou preocupação dos povos em todos os lugares, uma época em que democracia e direitos humanos são amplamente, mesmo se não universalmente, aceites como inerentes a todos. Quantas vezes, durante os meus anos em prisão

domiciliária fui buscar forças às minhas passagens favoritas do preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

....o desconhecimento e o desprezo dos direitos do homem conduziram a atos de barbárie que revoltam a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os seres humanos sejam livres de falar e de crer, libertos do terror e da miséria, foi proclamado como a mais alta inspiração do homem;

....é essencial a proteção dos direitos do homem através de um regime de direito, para que o homem não seja compelido, em supremo recurso, à revolta contra a tirania e a opressão...

Se me perguntam por que estou a lutar pelos direitos humanos na Birmânia as passagens acima darão a resposta. Se me perguntam por que estou a lutar pela democracia na Birmânia, é porque acredito que as instituições e as práticas democráticas são necessárias para a garantia dos direitos humanos.

Durante o ano passado, houve sinais de que os esforços daqueles que acreditam na democracia e nos direitos humanos comecem a dar frutos na Birmânia. Houve mudanças em sentido positivo; foram dados passos no sentido da democratização. Se eu defendo um otimismo cauteloso, não é porque não tenho fé no futuro, mas porque não quero encorajar uma fé cega. Sem fé no futuro, sem a convicção de que os valores democráticos e os direitos humanos fundamentais não são apenas necessários, mas possíveis para a nossa sociedade, o nosso movimento não poderia ter sido sustentado ao longo dos anos de destruição. Alguns dos nossos guerreiros caíram no seu posto, alguns abandonaram-se

forte e comprometido. Às vezes, quando penso nos anos que passaram, fico espantada como muitos permaneceram firmes nas mais difíceis circunstâncias. A sua fé na nossa causa não é cega, é baseada numa avaliação clara sobre os seus próprios poderes de resistência e um profundo respeito para as aspirações do nosso povo.

É por causa das mudanças recentes no meu país que estou aqui hoje convosco, e estas mudanças aconteceram por vossa causa e de outros amantes da liberdade e da justiça, o que contribuiu para uma consciência global da nossa situação. Restam ainda (...) prisioneiros [de consciência] na Birmânia. É de recear que, porque os detidos mais conhecidos foram libertados, os restantes, os desconhecidos, serão esquecidos. Eu estou aqui porque fui prisioneiro de consciência. Enquanto olham para mim e me escutam, por favor, recordem a verdade, muitas vezes repetida, de que um prisioneiro de consciência já é demais. Aqueles que ainda não foram libertados, aqueles que ainda não tiveram acesso aos benefícios da justiça no meu país são muitos mais do que um. Por favor, recordem-nos e façam o que for possível para tornar a sua libertação efetiva, rápida e incondicional. (...)

Em última análise, o nosso objetivo deve ser o de criar um mundo livre de refugiados, de sem-abrigo, de desesperados, um mundo em que cada esquina é um verdadeiro santuário, onde os habitantes têm a liberdade e a capacidade de viver em paz. Cada pensamento, cada palavra e cada ação que contribuem para a esperança e o bem é um contributo para a paz. Todos e cada um de nós são capazes de dar esse contributo. Juntemos as mãos para criar um mundo pacífico onde possamos dormir em segurança e acordar com felicidade.

ENFRENTAR O DESERTO É INEVITÁVEL

Dom Helder Câmara

(7 de Fevereiro de 1909 — 27 de Agosto de 1999)



Dom Helder Pessoa Câmara foi ordenado bispo, aos 43 anos de idade, no dia 20 de Abril de 1952. No dia 12 de Março de 1964 foi designado para Arcebispo de Olinda e Recife, Pernambuco, múnus que exerceu até 2 de Abril de 1985. Destacou-se na defesa dos direitos humanos e políticos no Brasil, de modo particular durante os chamados anos de chumbo. Foi perseguido pela ditadura brasileira de 1964. Corajoso, nunca se calou.

É bom que ninguém se iluda, ninguém aja de maneira ingénuo: quem escuta a voz de Deus e faz a sua opção interior e arranca-se de si e parte para lutar pacificamente por um mundo mais justo e mais humano, não pense que vai encontrar caminho fácil, pétalas de rosas debaixo dos pés, multidões à escuta, aplausos por toda a parte e, permanentemente, como proteção decisiva, a Mão de Deus. Quem se arranca de si e parte como peregrino da justiça e da paz, prepare-se para enfrentar desertos.

Os grandes e poderosos desaparecem, cortam toda e qualquer ajuda, passam a represálias. Não raro financiam campanhas, que se tornarão tanto mais rudes, difamadoras e caluniosas quanto mais sentirem perigo à vista.

Terrível é que os pequenos tendem a intimidar-se. Quem vive em dependência total quanto a casa e emprego; quem sabe que os grandes têm tudo na mão (manobram

homens e acontecimentos com incrível facilidade) pensa na própria situação e, sobretudo, pensa na família e teme! A reação natural e compreensibilíssima é fugir. Ficam os menos dependentes ou os mais conscientizados, dispostos ao que der e vier.

Chega um instante em que se olha em volta e tem-se a impressão de ser um amigo incómodo: amigo que cria má vontade e suspeita para quem o recebe; amigo desejado no íntimo mas temido pelas interpretações dadas ao gesto de receber alguém mal visto, mal julgado, tido como perigoso...

Tem-se a impressão de falar no deserto. Tem-se a sensação de que vêm falando no deserto todos os que, através dos séculos, se preocupam com a justiça. As injustiças se alastram e se aprofundam. Cobrem mais de dois terços da terra. Só as pedras escutam. Ou homens de coração de pedra.

O cansaço vai passando do corpo à alma. E cansaço de alma não tem comparação com os mais pesados e terríveis cansaços do corpo...

Impressão de deserto em volta, enquanto os olhos atingem. Areia fofa na qual as pernas se enterram até aos joelhos, tornando a caminhada penosíssima. Tempestade de areia vidrenta e quente, machucando o rosto, entrando olhos e ouvidos adentro...

Chega-se ao auge do sofrimento: deserto exterior, deserto dentro de si, impressão de abandono pelo próprio Pai: “Meu Pai, meu Pai, porque me abandonaste?!”

Quem não confia na própria força: quem se protege contra toda e qualquer amargura; quem se mantém humilde; quem se sabe nas mãos de Deus; quem não deseja senão participar na construção de um mundo mais justo e mais fraterno, não desanima, não perde a esperança. E sente, invisível, a sombra protetora do Pai!



DOM HÉLDER CÂMARA — *O Deserto é fértil*. Rio de Janeiro: Ed. *Civilização Brasileira*, 1976, p. 39-41.

Não me cansarei de repetir sonhos que eu desejo se tornem sonhos de todos nós, para que, sem demora, se transformem em maravilhosa realidade:

- sonhemos com o final das guerras! Um dia, vencerá o bom senso e o Homem deixará de preparar a destruição total da vida na Terra...
- sonhemos com um Mundo mais justo e mais humano, sem Vencidos, nem Vencedores; sem Oprimidos, nem Opressores...

Espírito de Deus, envia sonhos ao Homem! Não sonhos enganosos, alienados e alienantes. Envia sonhos, belos sonhos que, amanhã, se transformem em realidade!...

DOM HÉLDER CÂMARA — *Um Olhar sobre a Cidade*. 5ª ed. Rio de Janeiro: *Civilização Brasileira*, 1979

COLETÂNEA DE ORAÇÕES

SENHOR, PEDIMOS-TE PAZ

Senhor, pedimos-te
Paz para aqueles que choram em silêncio;
Paz para aqueles que não podem falar;
Paz quando a esperança parece desaparecer.
No meio da ira, da violência e da decepção,
No meio de guerras e destruição da terra:
Senhor, mostra-nos a tua luz na escuridão.
Senhor, pedimos-te
Paz para aqueles que levantam a sua voz
para a exigir,
Paz quando há muitas pessoas que não querem
ouvir falar dela,
Paz enquanto encontramos o caminho
para a justiça.

Conselho Mundial de Igrejas

ORAÇÃO DE PAULO VI PELA PAZ

Senhor, Deus da paz,
nós Te damos graças pelos desejos,
pelos esforços e pelas realizações
que o teu Espírito de paz tem suscitado
no nosso tempo,
para substituir o ódio pelo amor,
a desconfiança pela compreensão,
a indiferença pela solidariedade.
Abre ainda mais o nosso espírito
às exigências concretas do amor de todos
os nossos irmãos,
para que possamos ser
mais construtores de paz.
Por Cristo, na unidade do Espírito Santo.



ORAÇÃO PELA PAZ

Senhor,
faça de mim um instrumento da vossa paz:
onde houver ódio, que eu leve o amor;
onde houver ofensa, que eu leve o perdão;
onde houver discórdia, que eu leve a união;
onde houver dúvida, que eu leve a fé;
onde houver erro, que eu leve a verdade;
onde houver desespero, que eu leve a esperança;
onde houver tristeza, que eu leve a alegria;
onde houver trevas, que eu leve a luz.

Senhor, faça que eu procure mais:
consolar, que ser consolado,
compreender que ser compreendido,
amar que ser amado.

Pois é dando que se recebe,
é perdendo que se é perdoado,
e é morrendo que se ressuscita para a vida eterna!

Oração atribuída a S. Francisco de Assis

A PAZ SEM VENCEDOR E SEM VENCIDOS

Dai-nos Senhor a paz que vos pedimos
A paz sem vencedor e sem vencidos
Que o tempo que nos deste seja um novo
Recomeço de esperança e de justiça
Dai-nos Senhor a paz que vos pedimos
A paz sem vencedor e sem vencidos
Erguei o nosso ser à transparência
Para podermos ler melhor a vida
Para entendermos vosso mandamento
Para que venha a nós o vosso reino
Dai-nos Senhor a paz que vos pedimos
A paz sem vencedor e sem vencidos
Fazei Senhor que a paz seja de todos
Dai-nos a paz que nasce da verdade
Dai-nos a paz que nasce da justiça
Dai-nos a paz chamada liberdade
Dai-nos Senhor a paz que vos pedimos
A paz sem vencedor e sem vencidos

Sophia de Mello Breyner Andresen

ORAÇÃO DO PERDÃO

Senhor, não vos lembreis só
dos homens e mulheres de boa vontade,
mas também dos de má vontade.
Não vos lembreis só dos muitos
sofrimentos que nos infligiram,
lembrai-vos dos frutos que alcançamos
graças a esses momentos de sofrimento:
a nossa camaradagem, a nossa lealdade,
a nossa humildade, a fortaleza,
a generosidade, a grandeza de coração
que daí brotaram; e quando eles vierem
a julgamento, que todos os frutos gerados
em nós, sejam o seu perdão.

*Oração encontrada num fragmento de papel junto ao corpo de
uma criança no campo de concentração de Ravensbruck,
no final da II Guerra Mundial*

SE ISTO É UM HOMEM

Vós que viveis tranquilos
Nas vossas casas aquecidas,
Vós que encontrais regressando à noite
Comida quente e rostos amigos:
Considerai se isto é um homem
Quem trabalha na lama

Quem não conhece a paz
Quem luta por meio pão
Quem morre por um sim ou por um não.
Considerai se isto é uma mulher,
Sem cabelo e sem nome
Sem mais força para recordar
Vazios os olhos e frio o regaço
Como uma rã no Inverno.
Meditai que isto aconteceu:
Recomendo-vos estas palavras.
Esculpi-as no vosso coração
Estando em casa, andando pela rua,
Ao deitar-vos e ao levantar-vos;
Repeti-as aos vossos filhos.

Primo Levi

QUE A PAZ GERMINE

Que a paz germine para o povo da Síria,
profundamente ferido e dividido por um conflito
que não poupa sequer os inermes, ceifando
vítimas inocentes.

Que a paz germine na Terra onde nasceu o
Redentor; que Ele dê aos Israelitas e
Palestinianos a coragem de pôr termo a tantos,
demasiados, anos de lutas e divisões e
empreender, com decisão, o caminho das
negociações.

Que a paz germine nos países do norte de África,
em profunda transição à procura de um novo
futuro, que os cidadãos construam, juntos,
sociedades baseadas na justiça, no respeito da
liberdade e da dignidade de cada pessoa.

Que a paz germine no vasto continente asiático.
Jesus Menino olhe com benevolência para os
numerosos povos que habitam naquelas terras e,
de modo especial, para quantos creem n'Ele.

Que o Natal de Cristo favoreça o retorno da paz
ao Mali e da concórdia à Nigéria, onde horrendos
atentados terroristas continuam a ceifar vítimas,
nomeadamente entre os cristãos.

Que o Redentor proporcione auxílio e conforto
aos prófugos do leste da República Democrática
do Congo e conceda paz ao Quênia, onde
sangrentos atentados se abateram sobre a
população civil e os lugares de culto.

Da Mensagem Urbi et Orbi . 25 de Dezembro de 2012

SUGESTÕES PARA ASSINALAR O DIA MUNDIAL DA PAZ E USAR O TEMA

Para além de uma Eucaristia pela paz, pode-se organizar uma paraliturgia pela paz, uma vigília da paz ou outro tipo de evento baseado no tema: *Bem-aventurados os obreiros da paz*.

PROPOSTAS PARA ATIVIDADES*

As atividades aqui propostas podem ser realizadas com pessoas de todas as idades desde que o animador adapte a linguagem de acordo com as características dos elementos do grupo.

A. Prémio da Paz da Paróquia/Bairro/Associação**

Porque não criar/organizar um prémio anual da paz na paróquia, bairro ou associação?

Jesus, Gandhi, Madre Teresa de Calcutá, Martin Luther King e outros, são reconhecidos como grandes construtores da paz, mas no nosso meio, entre nós, existem construtores da paz e o seu testemunho e trabalho também devem ser celebrados.

- Quais poderão ser os critérios de base para atribuição do prémio?
Talvez seja necessário criar um regulamento começando por algo como: *O prémio da paz da paróquia/associação/bairro... pretende reconhecer as seguintes obras/ atitudes que contribuem para a construção da paz...*
- Quais as normas para apresentação de candidaturas? Como serão apreciadas?
- Que tipo de cerimónia ou liturgia poderá ser organizada para a entrega do prémio?
- O que constituirá o prémio? *(Uma peça de artesanato local que contribua para o desenvolvimento de um projeto, qualquer coisa de diferente mas que exprima a solidariedade).*

* Outras atividades em *Cultivemos a Paz. Folhas Temáticas e de Atividades sobre a Paz para Educadores e Animadores*. Lisboa: Pax Christi – Secção Portuguesa, 2003.

** Adaptada da publicação da Pax Christi UK, *Peace Sunday 2013*.

B. Cinema/Vídeo – Construtores da Paz

Escolha um filme sobre a vida e obra de um construtor da paz: existem vários, como Gandhi, Aristides de Sousa Mendes, etc. Organize uma sessão de cinema na sua Paróquia, na sua casa, ou noutro local (ou vá mesmo ao cinema) e depois prepare algumas questões que sirvam para lançar um debate sobre o filme visionado.

Por exemplo:

- Quais as cenas do filme que mais impressionaram? Porquê?
- Quais as atitudes do personagem principal que mais testemunharam o seu empenho na construção da paz?
- O que pode cada um de nós fazer para construir a paz no nosso bairro, na nossa cidade, na nossa vida?

C. O que é preciso fazer para ser construtor da paz?*

Seguem-se cinco propostas elaboradas pelo jesuíta John Dear. Estas podem ser utilizadas como base para um debate, convidando as pessoas a refletir sobre como se veem já incluídas nestas formas de estar ou se já conseguem identificar estes valores e ações em prática na sua comunidade, na sociedade, ou na Igreja.

Podem servir ainda para criar uma exposição ilustrando os textos com imagens de pessoas envolvidas nestes aspetos da construção da paz.

1. *Devemos contemplar a paz e a não violência.* Precisamos de permitir que o Deus da Paz nos desarme, nos liberte da raiva, da amargura e da vingança. Para isto precisamos de pedir ajuda a Jesus.
2. *Temos que ser ativistas da paz e da não violência.* Nenhum de nós pode fazer tudo, mas cada um de nós pode fazer qualquer coisa: escolha um problema ou uma causa e atue.
3. *Devemos ser alunos e professores da paz e da não violência.* Estudemos a vida e obra dos grandes obreiros/praticantes: Jesus, Gandhi, Martin Luther King... Como é que eles ensinavam a paz? Será que nós ensinamos a paz nas nossas escolas e paróquias tal como o fazemos com a leitura, a escrita e o catecismo?
4. *Devemos ser profetas da paz e da não violência.* No sentido Bíblico original: escutando o Deus da paz e saindo para uma cultura de guerra e violência a apregoar aquilo que o Deus da paz quer que seja dito.
5. *Devemos ser visionários da paz e da não violência.* Somos os novos abolicionistas (como aqueles que aboliram a escravatura) com uma visão do mundo sem guerra, sem armas nucleares, sem violência. Parte do nosso trabalho consiste em ajudar os outros a imaginar um mundo assim.

* Adaptada da publicação da Pax Christi UK, *Peace Sunday 2013*.

D. Construir a paz pela Reconciliação*

Neste exercício procura-se apresentar a reconciliação como meio para a construção da paz. Levando os participantes a refletir sobre as necessidades das pessoas e grupos em conflito, ver como se pode fazer a abordagem do momento pós-conflito tendo em conta aquelas necessidades.

1. O animador organiza com os participantes um exercício de dramatização a partir de uma situação de conflito conhecida pelo grupo. A situação pode envolver um preconceito sectário, uma questão de cidadania, as relações entre os sexos, o estatuto familiar, ideias políticas, etc. Este exercício deve permitir aos participantes apresentar vários argumentos sobre a questão e discuti-los em conjunto. Interromper o exercício nesta fase.
2. Pedir aos participantes que deem ideias sobre a forma como se poderá construir a paz na situação em questão.
3. Deve ser dado relevo especial às respostas que coincidam com dois domínios essenciais: a necessidade de estabelecer uma melhor forma de comunicar uns com os outros sobre questões importantes (comunicação e contacto) e a necessidade de recomeçar a trabalhar em conjunto num projeto positivo (elaborar um objetivo comum que só possa ser atingido trabalhando juntos). Uma terceira ideia a ser adiantada: devem ser apresentadas e aceites desculpas, o que leva à perspetiva da reconciliação.
4. Elaborar uma lista de acontecimentos conflituosos que tenham surgido na comunidade, no país ou no mundo durante os últimos meses. Pedir aos participantes que apliquem o processo de reconciliação, abordado no ponto anterior, a um ou vários destes conflitos. Finalmente, poderá avançar-se tentando encontrar um compromisso aceitável para as duas partes em conflito.
5. Perguntar aos participantes o que deve passar-se para que duas partes em conflito se reconciliem, de modo a que sigam a seguinte ordem de etapas do processo de reconciliação:
 - a) cada uma das partes deve poder exprimir os seus sentimentos de cólera, de frustração, de dor e de ofensa (formulação);
 - b) cada uma das partes deve perceber que a outra parte escuta e compreende aquilo que exprime (presença);
 - c) cada uma das partes deve ver que a outra parte assume a responsabilidade das consequências dos seus atos;
 - d) cada uma das partes deve renunciar ao direito de vingança ou de punição contra a outra parte;
 - e) encontrar um compromisso aceitável pelas duas partes.
6. O animador dá exemplos da maneira como cada pessoa, cada participante, pode desempenhar um papel na realização de processos de reconciliação.

* Adaptado de *Cultivemos a Paz. Folhas Temáticas e de Actividades sobre a Paz para Educadores e Animadores*. Lisboa: Pax Christi – Secção Portuguesa, 2003. A Pax Christi dispõe de várias publicações e materiais que poderão ajudar na escolha e realização deste exercício.

IDEIAS PARA TRABALHAR COM CRIANÇAS*

Construtor da Paz ou Destruidor da Paz**

Objetivo: Explorar o significado da Paz e como podemos construí-la.

Material necessário: Uma taça ou uma caixa grande; pedaços de papel coloridos com palavras escritas para colocar dentro da taça ou caixa; duas folhas grandes de papel, uma com o título “*Construtor da Paz*” e outra com “*Destruidor da Paz*” .

Desenrolar do Exercício

1. Convide cada criança a tirar um papel da caixa ou taça e a ler a palavra que esteja escrita. Pergunte: Onde deve ser colocada essa palavra? Em que folha?
Depois de colados os papéis com as palavras, convide as crianças a acrescentarem outras palavras.
Quando as folhas estiverem cheias, peça às crianças que leiam com atenção todas as palavras numa e noutra e verifiquem se estão satisfeitas com a sua distribuição entre as duas. O que seria necessário para transformar um *Destruidor da Paz* num *Construtor da Paz*?
2. “PAZ” é uma palavra é muito importante. Recorde às crianças todas as vezes que esta palavra é pronunciada durante a Eucaristia (por ex.: “A paz esteja convosco”; o abraço da paz; “Ide em paz”).
O que é que Deus nos quer transmitir sobre a paz? Porque partilhamos a paz antes da Comunhão? Porque é que Deus nos envia em paz? Guardamos esta paz para nós ou partilhamos com os outros?
3. Convide depois as crianças a escreverem orações pela paz, para serem utilizadas durante a Eucaristia. Convide-as a explicar o que significa ser *Construtor da Paz* e *Destruidor da Paz*, e como Jesus nos ajuda a ser Construtores da Paz.

* Para mais atividades ver *Com as Crianças Construir a Paz. Caderno de fichas para Professores e Animadores de grupos de crianças com idades entre os 6 e os 13 anos*. Lisboa: Pax Christi – Secção Portuguesa, 1995.

** Adaptada da publicação da Pax Christi UK, *Peace Sunday 2013*.

PARA APROFUNDAR

A Educação para a Paz tem sido uma preocupação e um investimento fundamental da secção portuguesa da Pax Christi, Movimento Católico Internacional para a Paz, desde o seu início. Além de workshops e ações de formação, têm sido também produzidos materiais pedagógicos. Destacamos os seguintes:

A Pedagogia da Paz numa sociedade multicultural. Textos de intervenções no “Fórum de Pedagogia da Paz”. Lisboa, 28 e 29 de Maio de 1994



Família, Escola, Igreja, Comunicação Social e, também, o Estado têm um papel fundamental no desenvolvimento da consciência individual e coletiva. Como está a ser desempenhado este papel? Como desenvolver uma pedagogia que eduque para a Paz, e, portanto, para os valores fundamentais da pessoa e da convivência humana? Foram estas e outras questões fundamentais para a construção de uma verdadeira PAZ na nossa sociedade, que tentámos analisar num seminário que a Pax Christi portuguesa organizou por ocasião do “Fórum de Pedagogia da Paz” que teve lugar a 28 e 29 de Maio de 1994, em Lisboa. Nesta brochura são apresentados os textos de algumas das intervenções feitas neste seminário. Pela importância dos seus conteúdos julgamos que estas constituem bases fundamentais de reflexão para todos quantos se interessam pela educação para a paz. **43 págs. A4; 1994 - € 3.00.**

Com as Crianças Construir a Paz. Caderno de fichas para Professores e Animadores de grupos de crianças com idades entre os 6 e os 13 anos



Este caderno de fichas pretende ser uma ajuda para professores e animadores de grupos de crianças com idades entre os 6 e os 13 anos. Está estruturado em três partes: 1ª - Fichas de texto com indicação de algumas possibilidades de exploração dos mesmos; 2ª - Fichas práticas que podem ser reproduzidas para ser trabalhadas com as crianças; 3ª - Anexos (Desenhos de apoio para algumas atividades); Na 1ª e 2ª partes as fichas estão também organizadas por temas: Guerra e Paz, Tolerância, Solidariedade. No entanto a partir destas fichas, outros temas podem ser abordados e desenvolvidos: violência e não-violência, interdependência, racismo, direitos humanos, diálogo inter-religioso e intercultural, etc. As fichas de texto e fichas práticas podem ser utilizadas separadamente ou em conjunto e pela ordem que o animador e/ou professor julgar mais adequada. **25 págs. A4; 1995 - € 2.00.**

Cultivemos a Paz. Folhas Temáticas e de Atividades sobre a Paz para Educadores e Animadores



Na senda da celebração do Ano Internacional da Cultura de Paz (2000), surgiram estas folhas temáticas e de atividades, a que apelidámos de “*Cultivemos a Paz*”. Foi seu objetivo proporcionar, mensalmente, algum material de reflexão e sugestões de atividades simples que pudessem ser realizadas em grupo, a todos quantos pretendam trabalhar para a construção da paz, nomeadamente educadores e animadores. Ao longo de 12 meses foram saindo, mais ou menos regularmente, 12 temas para reflexão inspirados nas oito esferas de ação apontadas pela *Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz das Nações Unidas* (resolução A/53/243, de 13 de Setembro de 1999): Cultura de paz através da educação; Desenvolvimento económico e social sustentável; Respeito por todos os direitos humanos; Igualdade entre homem e mulher; Participação democrática; Compreensão, tolerância e solidariedade; Comunicação participativa e livre circulação de informação e conhecimentos; Paz e segurança internacionais. Eis agora todo esse material reunido numa única publicação. **82 págs. a cores. A4; 2003 - € 10,00. Também disponível em CD - € 5,00.**

Era uma vez um conflito. A resolução de conflitos para todas as idades



Os contos de fadas são como um espelho para muitos dos problemas contemporâneos. Se os analisarmos cuidadosamente, encontramos reflexos de conflito étnico, crime, problemas de dívidas, expansão urbana, desagregação familiar, pobreza, ciúmes e intolerância. Nesta brochura, “*Era uma vez um conflito. A resolução de conflitos para todas as idades*”, o ângulo sob o qual é apresentado cada exercício de resolução de conflitos não pretende ser “a verdade” da história original. É apenas um dos cenários possíveis, escolhido para exemplificar alguns dos problemas que encontramos hoje. As histórias foram adaptadas, para mostrar como é que as coisas poderiam ter sido encaradas do ponto de vista das personagens menos simpáticas.

Esta brochura não pretende ser um “*manual*” de resolução de conflitos, são apenas feitas algumas propostas de exercícios práticos e fornecidas as regras e técnicas básicas da resolução de conflitos e da mediação. **32 págs. A5; Janeiro 2008 - € 2.00.**

Gestão de Conflitos. Um Incentivo para uma Melhor Compreensão



Durante a Semana da Paz, celebrada entre 17 de Setembro e 3 de Outubro de 1993, a Pax Christi Flamengo, juntamente com outras Organizações de Paz, pretenderam pôr em destaque o tema do conflito. O slogan “Não evites o conflito” constituiu um apelo para que cada pessoa aprenda a lidar com os conflitos. Esta brochura, “*Gestão de Conflitos. Um Incentivo para uma Melhor Compreensão*”, resultado dessa semana, contém algumas informações básicas sobre gestão de conflitos e pretende ser um contributo para aqueles que desejem estudar com maior profundidade este assunto fascinante e simultaneamente tão complexo. **36 págs. A5; Janeiro 2008 - € 2.00.**

Estas e outras publicações podem ser solicitadas através do e-mail: paxchristi_pt@hotmail.com.

Mais informações em: <http://www.paxchristiportugal.net>.

TEMAS DAS MENSAGENS PARA O DIA MUNDIAL DA PAZ (1968-2013)

PAULO VI

- 1968: O 1º de Janeiro: Dia Mundial da Paz
- 1969: A promoção dos direitos do homem, caminho para a paz
- 1970: Educar-se para a paz através da reconciliação
- 1971: Todo o homem é meu irmão
- 1972: Se queres a paz, trabalha pela justiça
- 1973: A paz é possível
- 1974: A paz também depende de ti
- 1975: A reconciliação, caminho para a paz
- 1976: As verdadeiras armas da paz
- 1977: Se queres a paz, defende a vida
- 1978: Não à violência, sim à paz

JOÃO PAULO II

- 1979: Para alcançar a paz, educar para a paz
- 1980: A verdade, força da paz
- 1981: Para servir a paz, respeita a liberdade
- 1982: A paz: dom de Deus confiado aos homens
- 1983: O diálogo para a paz, um desafio para o nosso tempo
- 1984: De um coração novo nasce a paz
- 1985: A paz e os jovens caminham juntos
- 1986: A paz é um valor sem fronteiras. Norte-Sul, Leste-Oeste: uma só paz
- 1987: Desenvolvimento e solidariedade, chaves da paz
- 1988: Liberdade religiosa, condição para a convivência pacífica
- 1989: Para construir a paz, respeitar as minorias
- 1990: Paz com Deus criador, paz com toda a criação

- 1991: Se queres a paz, respeita a consciência de cada homem
- 1992: Os crentes unidos na construção da paz
- 1993: Se procuras a paz, vai ao encontro dos pobres
- 1994: Da família nasce a paz da família humana
- 1995: Mulher: educadora de paz
- 1996: Dêmos às crianças um futuro de paz
- 1997: Oferece o perdão, recebe a paz
- 1998: Da justiça de cada um nasce a paz para todos
- 1999: No respeito dos direitos humanos o segredo da verdadeira paz
- 2000: “Paz na terra aos homens, que Deus ama!”
- 2001: Diálogo entre as culturas para uma civilização do amor e da paz
- 2002: Não há paz sem justiça, não há justiça sem perdão
- 2003: “*Pacem in terris*”: um compromisso permanente
- 2004: Um compromisso sempre actual: educar para a Paz
- 2005: Não te deixes vencer pelo mal, vence antes o mal com o bem

BENTO XVI

- 2006: Na verdade, a paz
- 2007: A pessoa humana, coração da paz
- 2008: Família humana, comunidade de paz
- 2009: Combater a pobreza, construir a paz
- 2010: Se quiseres cultivar a Paz, preserva a Criação
- 2011: Liberdade Religiosa, Caminho para a Paz
- 2012: Educar os jovens para a justiça e a paz
- 2013: Bem-aventurados os Obreiros da Paz



Pax Christi Portugal

A/c CRC

Rua Castilho, 61 – 2º Dtº

1250-068 LISBOA

E-mail: paxchristi_pt@hotmail.com

Webpage: <http://www.paxchristiportugal.net>